



*REP's - Revista Even. Pedagóg.*

Número Regular: Experiências em Educação do Campo: perspectivas e práticas pedagógicas Sinop, v. 7, n. 3 (20. ed.), p. 1233-1243, ago./dez. 2016

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

---

## O PAPEL DO INTERPRÉTE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SINOP<sup>1</sup>

**Marcia Silva Pinto**

Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop/MT - Brasil

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender o papel do intérprete de Língua Brasileira de Sinais no ensino fundamental em uma Escola Municipal de Sinop. A metodologia utilizada foi à pesquisa qualitativa através de entrevistas realizada com intérpretes, professores e alunos surdos ou com deficiência auditiva. Buscou-se identificar os mecanismos de exclusão/inclusão que permeiam as práticas discursivas no contexto pedagógico. Como aporte teórico destacaram-se os autores: Maria Cristina dos Santos Rocha e Neli Klix Freitas. Conclui-se que o papel do intérprete vai muito além da sala de aula, estabelecendo laços fora do seu local de trabalho.

**Palavras-chave:** Escola inclusiva. Papel do intérprete. Surdos.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou refletir o papel do intérprete de língua de sinais, tendo base o trabalho desenvolvido pelos profissionais com crianças surdas/deficientes auditivas. As diferenças culturais vêm se tornando cada vez menores. Por meio da educação inclusiva, é possível diminuir as dificuldades

---

<sup>1</sup> Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **O papel do intérprete de língua brasileira de sinais no ensino fundamental em uma escola municipal de Sinop**, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Luzia Wrobel Straub, Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop, 2016/1.

encontradas pelos alunos surdos ao entrar em contato com a língua do grupo social no qual estão inseridos, devido as diferenças auditivas encontradas (GÓES, 1996, p. 36).

Visto ser um trabalho que necessita de muita dedicação, foi necessário delimitar o tema e assim, buscou-se analisar como ocorre esse processo de ensino, mais especificamente na relação intérprete, professor e aluno, na escola regular de ensino básico Professor Jurandir Liberino de Mesquita, localizada no município de Sinop/MT.

Entendemos que o intérprete deva ter o papel fundamental no processo de aquisição do conhecimento para o aluno surdo, sendo assim, o profissional intérprete deve ser uma pessoa que, além de ser fluente na Língua Brasileira de Sinais, deve estar preparado para trabalhar em todas as áreas de ensino, possuindo responsabilidade tanto quanto a professora responsável da sala sobre o aluno surdo/deficiente auditivo (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 185).

## **2 O SURDO E O CONTEXTO SOCIAL E EDUCACIONAL**

O ser humano necessita da comunicação para agir como integrante participativo de um universo no qual a linguagem é a mediadora, assim, utiliza-se da habilidade da fala. No entanto, existem casos em que essas habilidades se tornam impossíveis, afetando o processo de comunicação e causando obstáculo nas relações humanas. Uma das causas dessa falta de habilidade acontece devido a surdez. Em meados do século XVI os surdos eram vistos como ineducáveis; em consequência disto, considerados como inúteis à coletividade (DIAS, 2006, p. 28).

Desse modo, por vários séculos acreditou-se que esses indivíduos não fossem capazes de serem educados, que não poderiam responder por si próprio, a surdez e a conseguinte mudez eram confundidas com uma inferioridade de inteligência.

Mas, no início do século XVI um médico pesquisador, Gerolamo Cardano (1501-1576), “concluiu que a surdez não prejudicava a aprendizagem, uma vez que os surdos poderiam aprender e escrever e assim expressar seus sentimentos” (JANNUZZI, 2004, p. 31).

No Brasil a educação de surdos se iniciou com o professor surdo francês Ernet Hwet, fundador do então Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), durante anos o instituto foi ponto de referência para os Surdos de todo Brasil. A princípio os ensinamentos eram articulados e falados, sendo passado somente para os que apresentassem aptidão e desenvolvessem a leitura labial.

## 2.1 AS NOMENCLATURAS: surdo/deficiência auditiva

De cada mil crianças que nascem, pelo menos uma nasce surda, outras desenvolvem problemas auditivos ao longo da vida, por motivos variados como pelas doenças: sarampo, meningite e rubéola. Pode ocorrer também pelo uso inadequado de medicamentos, fatores genéticos, exposição a sons intensos ou acidentes.

Segundo Rinaldi (1997, p. 31) “São dois os principais problemas auditivos: o que afeta o ouvido externo ou médio, provocando dificuldades auditivas ‘condutivas’ ou ‘transmissão’, normalmente tratáveis e curáveis. Portanto, verifica-se que a surdez é condutiva quando o volume sonoro é comprometido, ‘perdido’, seria o mesmo de tentar entender alguém que fala muito baixo ou está muito longe. Desta forma, no nível de surdez neurossensorial o volume sonoro também é cortado, ou seja, os sons saem distorcidos”.

Segundo Rinaldi (1997, p. 31):

A deficiência auditiva ocorre quando há uma redução da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva.

O deficiente auditivo que apresenta uma perda auditiva leve ou moderada faz uso de prótese e dificilmente faz uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e não frequenta comunidades surdas. Segundo Bisol (2011, p. 2): “Os surdos que se aceitam como são, que se identifica com a língua de sinais e a comunidade surda, não gostam de serem chamados deficientes auditivos”.

O surdo tem a Libras como sua primeira língua, e posteriormente, com a ajuda da escola, ocorre o aprendizado do português na modalidade escrita. De forma geral, o surdo participa da sua comunidade, se aceita e se sente não somente

alguém que tem uma perda, uma dificuldade, mas alguém que pode de uma maneira diferente se impor diante das dificuldades cotidianas, vencer obstáculos e criar oportunidades para si e para os seus iguais (SOUSA, 2011, p. 7).

Desta forma, reconhecer a condição bilíngue do surdo já é o início para que as discussões, frente a necessidade de melhorias no processo de inclusão de crianças surdas/deficientes auditivas, possam levantar novas questões, novas descobertas, desafios e reflexões aos pesquisadores, professores e aos espaços pedagógicos em geral.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DO SURDO/DEFICIENTE AUDITIVO

Já na década de 1930 através da psicologia, Helena Antipoff, pedagoga russa residente na França, tentava diminuir o enfoque médico, intensificando o aprendizado para deficientes menos comprometidos em escolas públicas, e criou um ensino especializado, que enfatizava a importância do uso de métodos e técnicas que focassem principalmente naqueles considerados deficientes mentais, mas também desenvolveu atividades voltadas para os alunos mais talentosos (JANNUZZI, 2004).

No que se refere mais especificamente sobre a educação especial, destacamos que em 1954, no Brasil, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com ensino e serviços de saúde gratuitos. Portanto, nota-se que através da educação inclusiva é possível lançar o olhar para diferentes direções, e nos tempos atuais, as diferenças que eram até então ignoradas têm sido repensadas, isto se deve a Constituição Brasileira que tem estabelecido critérios mais rigorosos, ou talvez por outras razões. Mas o que importa, é que independentemente das diferenças do corpo, de aprendizagem, de linguagem, de movimento, de ser, de vestir-se, de viver, todas essas diferenças devem ser vistas não como um atributo, uma propriedade, uma característica das pessoas com dificuldades para aprender, mas sim, como uma possibilidade para ampliar a compreensão acerca da intensidade das diferenças humanas e implementar as políticas públicas de inclusão (FREITAS, 2008).

Desta forma, entendendo não só a importância da criação de legislações, mas a efetivação da inclusão do aluno surdo, Rocha (2008, p. 21), faz a seguinte afirmação:

As escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades. As crianças com necessidades educativas especiais/auditivas deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva.

A inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs), objetiva criar uma sociedade capaz de acolher a todos, independentemente das diferenças e necessidades individuais, para isso, preconiza-se soluções para as diferentes identidades existentes nos ambientes sociais. Desta forma, a inclusão de alunos surdos/deficientes auditivos deverá acontecer no ensino regular, de modo a permitir que esses alunos tenham acesso a serviços educativos adequados tudo em prol do atendimento das suas necessidades.

### 2.3 LIBRAS: segunda língua oficial do Brasil

Quando se fala em Libras – Língua Brasileira de Sinais, é necessário falar da importante conquista realizada pelos surdos, pais, intérpretes, professores, profissionais da área e a comunidade surda e suas associações no ano de 2002, pois, até então Libras era considerado uma linguagem e não uma língua.

Saussure (2006, p. 17) conceitua linguagem como sendo “de natureza heterogênea, portanto, é multiforme e heteróclita, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, além disso, pertence ao domínio individual e social”. Já na concepção deste autor:

A língua é um produto social da linguagem, constitui algo adquirido e convencional, compõe-se de um sistema de signos aceitos por uma comunidade linguística. Esse sistema é homogêneo, estável, social, representado em termos de relações de oposição e de regras.

Nesse sentido, entendemos que cria-se a Lei nº 10.436/2002 de 24 de abril de 2002, em que o Brasil reconhece a Língua Brasileira de Sinais/ Libras, como sendo

a Língua das comunidades surdas brasileiras, e dispôs através do seu artigo 4º, que o sistema educacional federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal tem a obrigação de garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais / Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (ARAÚJO, 2012).

Dessa maneira, o reconhecimento da Libras como segunda língua oficial do Brasil visa garantir aos surdos/deficientes auditivos, o direito de seu uso como meio de comunicação em todo o território nacional, mas seu conhecimento por partes dos interlocutores, surdos ou ouvintes, ainda é tímido, fazendo com que a sua expansão seja lenta e dificulte o acesso a inclusão e a educação. A criação dessa lei vai muito além do reconhecimento da sua língua para a comunidade surda, mas representa o início de uma discussão sobre a aceitação da sua cultura em meio aos outros universos culturais e educacionais (CARVALHO *et al.*, 2013).

#### 2.4 O INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E A REALIDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS

O intérprete de línguas de sinais (ILS) surgiu conforme a necessidade das comunidades surdas, inicialmente de modo informal, sendo mais para atender membros da própria família, feito isto pelos pais, depois formalmente, sendo necessário que a língua fosse oficializada. De acordo com o Portal da Educação (2013) no que se refere à formação do intérprete:

O processo de formação deste profissional está em construção, sua fluência consiste em prática, sem dispor do aparato teórico, o que existe formalizado é o Pró-libras que é aplicado para certificar pessoas que já são fluentes em língua de sinais – concedendo a proficiência na língua. As provas possuem dois níveis: uma para medir conhecimento para o ensino de Libras, e outra para medir conhecimento para a interpretação da língua. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP) aplicam essas provas.

O intérprete tem que ter a consciência formada de que ele não é o professor e sim um mediador entre o professor e aluno, devendo passar a plena confiança para quem está sendo feita a tradução, transmitindo com transparência o conhecimento para o aluno surdo, reconstruir a realidade de maneira que fique próximo do que foi

dito. Desta forma, a passos lentos, esses profissionais estão cada vez mais sendo reconhecidos e solicitados na sociedade em que vivemos.

O Decreto nº 5.626 criado em 2005 e regulamentado pela Lei 10.436/2002 e Lei 10.098/2000 garante o direito à educação bilíngue para os alunos surdos, em espaço inclusivo marcado pela presença do intérprete educacional como serviços de apoio especializado, reafirmado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Portanto, pode-se afirmar que o intérprete de Libras deve ser um profissional preparado para transmitir mensagens faladas e sinalizadas, saber e adaptar-se as distintas habilidades e capacidades de comunicação de cada pessoa com deficiência auditiva, para qual possuirá o domínio dos principais métodos de comunicação e saberá guiar com segurança, quando a atividade a ser realizada requerer.

Quanto aos deveres desses profissionais, o Código de Ética do Intérprete de Libras ressalta em seu Artigo 1º que este deve ter consciência da importância de seu trabalho e cita algumas prescrições:

Parágrafo 1º - o intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele; Parágrafo 2º - o intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo; Parágrafo 3º - o intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor de sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de sua responsabilidade (TUXI, 2009, p. 106).

A pesquisa que deu forma a este artigo foi realizada através de uma pesquisa bibliográfica e levantamento de dados através de um estudo de caso. Segundo Beuren (2006, p. 36), “a pesquisa bibliográfica consiste em pesquisa de livros, documentos, arquivos fotográficos que discutam o tema investigado pelo pesquisador em seu trabalho acadêmico”.

Portanto, pode-se afirmar que o intérprete de Libras deve ser um profissional preparado para transmitir mensagens faladas e sinalizadas, saber e adaptar-se as distintas habilidades e capacidades de comunicação de cada pessoa com deficiência auditiva, para qual possuirá o domínio dos principais métodos de

comunicação e saberá guiar com segurança, quando a atividade a ser realizada requerer.

Quanto aos participantes desta pesquisa, os alunos apresentam o quadro de surdez desde o nascimento, sendo dois meninos e uma menina. Quanto aos intérpretes e professores, todos são do sexo feminino, com mais de cinco anos de efetivo exercício na escola.

A coleta dos dados foi realizada através de entrevistas com professores e intérpretes, aplicação de questionário aos alunos surdos/deficientes auditivos e observação direta das aulas ministradas pelos professores a esses alunos com a presença dos intérpretes.

### **3 CONCLUSÃO**

Constatamos através deste estudo, que a referida instituição é a única a abrigar todas as crianças dessa faixa etária da rede municipal de ensino que possuem deficiência auditiva/surdez e vem buscando adaptar sua estrutura física e pedagógica para melhorar cada vez mais a inclusão desses alunos deficientes auditivos/surdos. Segundo relato dos professores e intérpretes, esta inclusão vem ocorrendo com qualidade, mas claro, podendo ainda melhorar em alguns aspectos.

Verificamos ainda através da pesquisa, que o papel do intérprete vai muito além da sala de aula, ele acaba por estabelecer laços fora do seu local de trabalho, visto o aluno enxerga como um facilitador de sua comunicação e de sua forma de se expressar, se não for a única maneira. O interprete é tido como o canal comunicativo entre os surdos/deficientes auditivos e as pessoas que lhe cercam. Seu papel em sala de aula é servir como tradutor/mediador entre pessoas que dividem línguas e culturas diferentes.

Vale ressaltar, para que a inclusão de alunos surdos/deficientes auditivos realmente aconteça, é preciso mais do que a presença da intérprete em sala de aula é necessária a interação entre professores e intérpretes para que, numa atuação conjunta, seja garantido uma educação que promova o desenvolvimento de potencialidades do aluno surdo e que não sobrecarregue o intérprete em funções que vão além do seu ofício.



Conclui-se que as escolas que tem alunos com esse tipo de deficiência, poderiam movimentar ações e projetos para trazer a realidade surdapara a comunidade em geral que esteja ao seu redor, mesmo que inicialmente o número de participantes seja mínimo, com o tempo acreditamos que esta realidade pode mudar. Como exemplo o coral que foi criado, onde professoras e intérpretes já notaram o avanço no incentivo dos alunos ouvintes em aprender para conseguir acompanhar as aulas do coral. E que a melhoria na educação inclusiva somente ocorrerá a partir da colaboração e comprometimento de todas as faces da sociedade, quando deixar de ser apenas um problema de um grupo minoritário em busca de melhorias, ou seja, quando instituições, famílias, profissionais do ensino e autoridades representativas se unirem na busca de um conhecimento mais claro sobre questionamentos acerca da inclusão.

## **THE ROLE OF SIGN LANGUAGE INTERPRETER IN ELEMENTARY SCHOOL IN A MUNICIPAL SCHOOL FROM SINOP**

### **ABSTRACT<sup>2</sup>**

This article aims to comprehend the role of Brazilian Sign Language interpreter in elementary school in a Municipal School from Sinop. The methodology used had a qualitative approach, interviewing interpreters, teachers and students that are deaf or have some hearing loss. We sought for identify which are the mechanisms of exclusion/inclusion that can be found in discursive practices in the pedagogical context. Among the authors that contributed to this research, some of them stands out, such as: Maria Cristina dos Santos Rocha and Neli Klix Freitas. It is noticed that the role of interpreter overcomes so much the space of classroom, establishing relations out of workplace.

**Keywords:** Inclusive school. Role of Interpreter. Deaf people.

---

<sup>2</sup>Resumo traduzido por Vinícius Dallagnol Reis, Graduado em Letras pela Faculdade de Educação e Linguagem, Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus universitário de Sinop, Professor de Cursinho (PPE).

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Laine Reis. **Inclusão social do surdo**: Reflexões Sobre as Contribuições da Lei 10.436 a Educação, aos Profissionais e a Sociedade Atual. 2012. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/inclus%C3%A3o-social-do-surdo-reflex%C3%B5es-sobre-contribui%C3%A7%C3%B5es-da-lei-10436-%C3%A1-educa%C3%A7%C3%A3o-aos-profissi>. Acesso em: 25 maio 2016.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, Andre Andrade; RAUPP, Fabiano Maury. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BISOL, C. A.; Valentini, C. B. **Surdez e deficiência auditiva - qual a diferença?** Objeto de Aprendizagem Incluir – UCS/FAPERGS, 2011. Disponível em: [http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA\\_SURDEZ\\_Surdez\\_X\\_Def\\_Audit\\_Texto.pdf](http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA_SURDEZ_Surdez_X_Def_Audit_Texto.pdf). Acesso em: 28 Jun. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000011730.pdf>. Acesso: 27 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Deficiência auditiva**. Organizado por Giuseppe Rinaldi et al. Brasília: SEESP, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 maio 2016.

CARVALHO, J. G.; AMBRÓSIO, J. A. A.; ALVES, S. D. A.W.; VALADÃO, M. N. Ensino-aprendizagem de Língua Brasileira de Sinais para crianças. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 13, n. 2, p. 316-326, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol13/artigo3vol13-2.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2016.

DIAS, V.L.L. **Rompendo a barreira do silêncio**: interações de uma aluna surda incluída em uma classe do ensino fundamental. 2006. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Rio de Janeiro, 2006.

FREITAS, Neli Klix. **Inclusão socioeducativa na escola**: avaliação do processo e dos alunos. vol.16 n.60. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362008000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362008000300002)>. Acesso em: 13 ago. 2016.

GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

JANNUZZI, Gilberta De Martino. Políticas públicas de inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais: reflexões. **Revista GIS**, Rio de Janeiro, out. 2004. Seção Artigos. Disponível em: <http://www.ltds.ufrj.br/gis/januzzi/januzzi2.htm>. Acesso em: 25 jun. 2015.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Importância do intérprete de Libras**. 2013. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/41273/importancia-do-inteprte-de-libras>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

ROCHA, Maria Cristina dos Santos. **Processo de inclusão escolar**: um estudo de caso de eficiência auditiva. Monografia de Conclusão do Curso Pedagogia. Orientado pela Prof.<sup>a</sup> Jane Nogueira dos Santos. São Paulo: 2008.

SILVA, K. C.; OLIVEIRA, A. A. A. O papel do intérprete de libras no processo de aprendizagem do aluno surdo nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista eventos pedagógicos**. v.5, n.2 (11. ed.), p. 181 - 190, 2014. Disponível em: [sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/.../1101](http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/.../1101). Acesso em: 10 jun. 2015.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUSA, Rita de Cássia Teodoro. **Curso libras básico**. Disponível em: <http://www.crescabrasil.com.br/>. Acesso: em 15 maio 2015

TUXI, Patrícia. **A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental**. 2009 Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. 2009.

Correspondência:

**Marcia Silva Pinto**. Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sinop, Mato Grosso, Brasil. E-mail: [marcia\\_1306@hotmail.com](mailto:marcia_1306@hotmail.com)

Recebido em: 08 de novembro de 2016.

Aprovado em: 26 de novembro de 2016.